

A FRENTE COMUM,

ao contrário do caminho que a UE tem trilhado, defende uma Europa social e solidária, com Estados sociais fortes, que garantam uma efectiva protecção social, serviços públicos de qualidade, mercados de trabalho regulados por normas de trabalho, de negociação colectiva como fonte de direito, com sentido de progresso e respeitadora dos direitos adquiridos e com diálogo social, assente numa base séria e no respeito pelo papel e intervenção dos sindicatos, em contraposição a políticas desenvolvidas e reafirmadas no Tratado [Reformador, ou de Lisboa].

As candidaturas dos vários partidos ao Parlamento Europeu têm a obrigação de se pronunciar e esclarecer os trabalhadores sobre a sua posição acerca do Tratado Reformador da UE e dos seus objectivos.



POR UMA POLÍTICA EM DEFESA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da Administração Pública não vão deixar de reflectir e de afirmar, com o seu voto, a recusa de candidaturas que, apoiando as políticas neoliberais da UE, continuem a posicionar-se em torno de medidas que degradam as suas condições de vida e de trabalho e transformam o nosso país numa "coutada" do grande capital e da "economia de casino".

FRENTE COMUM

NAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

DEFENDER OS TRABALHADORES E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



A luta por uma Administração Pública de qualidade e pela defesa dos direitos dos seus trabalhadores também se faz exigindo que os partidos e os candidatos ao Parlamento Europeu assumam que aí vão defender políticas consentâneas com esses direitos e com os interesses das populações e do desenvolvimento nacional.

Os trabalhadores da Administração Pública sentem na pele as devastadoras consequências desta política, que viola a Constituição da República.

Por isso, é preciso lutar por uma política alternativa e votar contra os que defendem políticas que degradam as nossas condições de vida e de trabalho, enquanto apoiam os banqueiros e o capital, com milhões e milhões de euros dos nossos impostos.

Os órgãos de poder da União Europeia têm vindo a influir na política interna de Portugal, com o acordo e apoio dos Governos do PS/PSD, do PSD e do PS, no sentido de promoverem políticas de direita, anti-sociais e anti-trabalhadores, que representam verdadeiros retrocessos civilizacionais.

O VOTO- TAMBÉM É LUTA

Por isso, a Frente Comum de Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Pública entregou o seguinte manifesto aos partidos e aos cabeças de lista que se candidatam ao Parlamento Europeu.

AS INSTITUIÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA, A QUE PORTUGAL ADERIU EM 1986, TÊM VINDO A ASSUMIR CADA VEZ MAIOR RELEVÂNCIA NA VIDA INTERNA DOS ESTADOS QUE A INTEGRAM, PROMOVENDO POLÍTICAS NEOLIBERAIS QUE SUBVERTEM AS CONQUISTAS ECONÓMICAS E SOCIAIS DOS TRABALHADORES E DOS POVOS.

A UNIÃO EUROPEIA DEFENDE

...e promove políticas monetaristas, que não têm em conta o crescimento e, muito menos, o desenvolvimento económico e o emprego, e que procedem ao desmantelamento e à privatização dos serviços públicos. A Europa Social que tanto se propalou e exige é, assim, cada vez mais posta em causa e substituída por uma Europa dos poderosos e da filosofia cega do mercado, que não tem em conta os direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores.

É apoiando-se em tais políticas, que o Governo do Partido Socialista, em violação frontal da Constituição, tem procurado impor graves alterações legislativas na Administração Pública, que constituem verdadeiros atentados aos direitos dos trabalhadores, apesar de ter sido obrigado a recuar nalguns aspectos, pela nossa luta persistente e determinada, sendo importante salientar:

**O VOTO-
TAMBÉM
É LUTA**



E se a reforma dos Tratados da União Europeia, com o chamado Tratado Reformador ou de Lisboa – que o PS não quis referendar, como prometera ao povo português, e que o povo da Irlanda recusou –, vier a ser imposta, a situação ainda se agravará.

Tal reforma confirmaria a transferência de fatias significativas da nossa soberania e seria um novo passo na institucionalização do neoliberalismo, com a promoção do militarismo e o reforço do domínio das grandes potências, de acordo com os interesses das suas multinacionais, projecto de UE antes implementado pelos Tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice e pela Estratégia de Lisboa.

Lembramos ainda que o Tratado Reformador atiraria para um Anexo a Carta dos Direitos Sociais – que não consagra a plenitude dos nossos direitos sociais consagrados na Constituição –, aceitando mesmo a existência de países com a possibilidade de ficar de fora da sua aplicação (opt-out).



Por isso:






- Para os trabalhadores em geral e, também e sobretudo, para os trabalhadores da Administração Pública, não é indiferente a correlação de forças políticas nos órgãos da UE – no caso, no Parlamento Europeu – e as posições aí defendidas pelos diversos partidos, através dos deputados que elegem nos respectivos países.

- O voto dos trabalhadores para o Parlamento Europeu, no próximo dia 7 de Junho, deve ser o resultado de uma profunda reflexão sobre todas estas questões e de uma opção esclarecida, consciente e de classe.

- A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública exige que as forças políticas candidatas ao Parlamento Europeu esclareçam, sem ambiguidades o seu projecto político para a Europa, nomeadamente, se dão o Tratado Reformador “como morto” – o povo irlandês recusou-o e os portugueses foram, anti-democraticamente, impedidos de se pronunciar – ou se vão apoiar a sua recuperação.

E a posição, de defesa ou repúdio, dos partidos sobre o Tratado Reformador e os seus objectivos é a vertente essencial para fundamentar a opção de voto.



-  A chamada coesão social e económica promoveu a degradação dos salários e das pensões e das condições de vida e de trabalho em geral;
-  A flexi-segurança e o ataque aos direitos sociais tem conduzido à generalização da precariedade, com a possibilidade de despedimentos colectivos;
-  A fobia pelo défice e a implementação de políticas economicistas levaram:
 - A destruição das carreiras profissionais e à possibilidade de acesso ao topo com base em critérios objectivos;
 - A retirada do vínculo de nomeação e de direitos adquiridos no âmbito da aposentação;
-  A submissão aos interesses dos grandes grupos económicos e do patronato conduziram à privatização de serviços públicos essenciais rentáveis, que o Estado tem a obrigação de prestar aos cidadãos [na educação, na saúde, no ambiente (água, resíduos sólidos), na justiça, etc.] para favorecer o capital financeiro;
-  A tentativa de controlar a Administração Pública e limitar a luta dos trabalhadores levou:
 - A alterações legislativas que pretendem limitar o desenvolvimento da acção sindical e a contratação colectiva;
 - A mais possibilidades de arbitrariedade por parte dos responsáveis dos serviços, com os inerentes compadrios e maior partidarização da Administração Pública.